

REVISTA MARACANAN

Dossiê

Ler o céu para dimensionar o espaço: demarcações de fronteiras na Amazônia em fins do século XVIII

Read the sky to measure the space: borders demarcations in the Amazônia in the late eighteenth century

Simei Maria de Souza Torres

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
smstorres@uol.com.br

Resumo: Este trabalho analisa o processo de demarcações das fronteiras entre os domínios portugueses e espanhóis na América, mais especificamente na Amazônia, oriundo do Tratado Preliminar de Limites de Santo Ildefonso (1777). Dentre as três etapas que constituem o estabelecimento de uma fronteira política – definição, delimitação e demarcação – privilegiamos a terceira, a demarcação, nesta fase, fundamentalmente física e técnica, os agentes demarcadores procuram interpretar e aplicar no terreno as intenções dos negociadores. A fronteira deixa a esfera das abstrações políticas, sutilezas diplomáticas e representações gráficas para defrontar-se com a realidade cotidiana dos trabalhos de campo, momento do confronto entre o concebido e o possível.

Palavras-chave: Amazônia; Territórios; Limites; Fronteiras; Século XVIII.

Abstract: This work analyzes the process of landmarks of the borders between the Portuguese and Spanish possessions in America, more specifically in the Amazônia, deriving of the Preliminary Treaty of San Ildefonso Limits (1777). Amongst the three stages that constitute the establishment of a political frontier - definition, delimitation and landmark – we privilege the third, the landmark, at this stage, mainly physical and technical, in which the demarcating agents look for interpret and to apply in the land the intentions of the negotiators. The border leaves the sphere of the abstract diplomatical politics, subtleties and graphical representations to confront itself with the daily reality of the fieldwork, moment of the confrontation between the conceived one and the possible one.

Keywords: Amazônia; Territories; Limits; Borders; XVIII century.

Artigo recebido para publicação em: Março de 2016

Artigo aprovado para publicação em: Junho de 2016

A A materialização do terreno com monumentos/marcos definidores dos contornos de um território passou a ser feita a partir do século XVIII. Até então os estados tinham suas jurisdições definidas até onde os respectivos governos tinham capacidade de exercer sua soberania.

Nesses termos, alguns desdobramentos do processo de delimitação e demarcação das fronteiras na América, especialmente na Amazônia portuguesa, retomado por Portugal e Espanha, em 1777, com o Tratado Preliminar de Limites de Santo Ildefonso é o tema deste trabalho.¹

Para apreender a linguagem política e os seus significados, presentes nos termos dos artigos que regeram a demarcação de limites no Tratado de Santo Ildefonso, torna-se necessário compreendermos quais eram as definições ou os conceitos de fronteira e limite naquele momento.

Segundo Lia Osório Machado, no século XVIII se difundiu na Europa a noção de muro-fronteira ou de uma razão de estado linear ou unidimensional, sendo desenvolvida, nesta época, a relação entre limite e fronteira territorial. Até o limiar do século XVIII os limites das possessões, fossem reinos ou soberanias, eram com frequência imprecisos.²

O *Diccionario de la lengua castellana (Diccionario de autoridades)* define o termo fronteira como “la raya y término que parte y divide los Reinos, por estar el uno frontero del outro”,³ ou seja, o traço ou o limite que separa reinos fronteiros. Para limite, a definição consiste em “el término, confin ò lindero de las possessinones, tierras ò estados”,⁴ logo, o termo, os confins ou o limite das possessões, terras ou estados.

Aparentemente semelhantes, sob o ponto de vista da etimologia, esses termos apresentam uma diferença fundamental. A fronteira sugere uma visão espacial do território e, como espaço periférico, podia ser limítrofe se estivesse em contato com domínios de outra soberania, ou interna; de qualquer forma, implicando uma colonização que integraria o território. O limite era sempre transfronteiriço, porque presumia, implicitamente, um afastamento do centro e, por conseguinte, requeria um trabalho de delimitação, de cartografia e de demarcação.⁵

Nesse sentido, a partir do conceito de limite e tomando por base a linguagem expressada no Tratado de Santo Ildefonso, consideramos as etapas que constituem o estabelecimento de uma fronteira política: definição, delimitação e demarcação. A definição é uma operação conceitual, na qual ocorrem acordos sobre os princípios gerais para a produção dos limites. A delimitação é uma operação cartográfica, na qual são traçadas as linhas

¹ A historiografia pertinente ao período denomina de *Amazônia portuguesa* as áreas pertinentes aos estados distintos do Estado do Brasil na América portuguesa. Conforme a cronologia deste trabalho referencia os territórios pertencentes ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1772-1823).

² MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, n. 8, 2000, (07- 23). p. 12.

³ *DICCIONARIO de la lengua castellana*. Madri: Real Academia Espanhola, 1734. v. III, p. 801. Disponível em: <http://www.fsanmillan.es/biblioteca>. Acesso em: 18/05/2007.

⁴ *Id.*, v. IV, p. 497.

⁵ GIRALDO, Manuel Lucena. Le réformisme de frontière. *Revue Histoire et Sociétés de l'Amérique Latine*, n. 7, 1998, (209-220). p. 213-214.

divisórias sobre os mapas, sendo possível somente mediante acordos detalhados sobre os limites. Por fim, a terceira etapa e mais importante para este estudo, a demarcação é uma operação física, momento em que se confirmam as delimitações e são implantados sobre os terrenos os marcos de fronteira.⁶

Nessa etapa, a fronteira deixa a esfera das abstrações políticas, sutilezas diplomáticas e representações gráficas para defrontar-se com a realidade cotidiana dos trabalhos exaustivamente negociados e planejados. Este é o momento do confronto entre o concebido na Europa e o possível na Amazônia portuguesa, permitindo-nos indagar até que ponto as premissas teóricas de um acordo irão encontrar ressonância prática *in loco*.

Tordesilhas (1494), Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777)

"Colocai dois homens no Universo, dizia o eminente autor do Espírito das Leis, e em breve tempo eles se acharão em luta por causa de suas respectivas fronteiras!"

Os tratados de Madri e Santo Ildefonso visavam estabelecer os limites oficiais de ambas as coroas na América, uma vez que os acordos do Tratado de Tordesilhas tornaram-se ultrapassados.⁸ A expansão e ocupação de novos territórios, na América e Ásia, havia muito não obedeciam aos limites estabelecidos e, para resolver suas questões fronteiriças, salvaguardando a posse de seus domínios, negociaram instrumentos que resolvessem definitivamente uma disputa de séculos.

O *Tratado de limites das conquistas entre os muito altos e poderosos senhores Don João V, Rey de Portugal e Don Fernando VI, Rey de Espanha*, assinado em Madri em 1750, utilizou como princípios para definir as linhas de fronteiras o *uti possidetis* (a terra pertence a quem ocupa) e os limites naturais (rios e canais). Estes termos garantiam o domínio de Portugal sobre grande parte da bacia amazônica e à Espanha o total controle da bacia do Prata.

Muitos foram os obstáculos enfrentados e determinantes para o insucesso desse Tratado. Ao sul, os interesses no intercâmbio com o Prata e as *Guerras Guaraníticas* contribuíram para o malogro das intenções firmadas; ao norte, as Partidas de Limites sequer se avistaram, ficando os portugueses a esperar durante alguns anos os espanhóis, que tentavam se desvencilhar de dificuldades administrativas, confrontos com os índios no rio Orenoco e as instigações dos jesuítas, sem conseguir chegar à sede das conferências.⁹

⁶ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP, 1997.

⁷ PINTO, Antonio Pereira. Limites do Brasil (1493 a 1851). *RIHGB*, Tomo XXX, 1867, (193-240). p. 25.

⁸ O Tratado de Tordesilhas fixou os limites de ação e autoridade das coroas ibéricas no Atlântico ao traçar uma linha imaginária e divisória localizada a 370 léguas a ocidente das ilhas de Cabo Verde. Com esta partilha, a Amazônia coube à Coroa espanhola.

⁹ Por dois anos, geógrafos e astrônomos portugueses efetuaram levantamentos geográficos e cartográficos, reunindo informações valiosas para uma futura demarcação das fronteiras na região. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira: A fronteira com as colônias*

Na prática, o Tratado revelou-se um instrumento político de difícil aplicação no sul e inoperante ao norte da América. Apesar do empenho e do contingente de pessoas especializadas – militares, engenheiros, cartógrafos, desenhistas e astrônomos – destinadas ao trabalho das demarcações, o Tratado fracassou em ambos os extremos do continente, cujos limites, não obstante os esforços políticos e diplomáticos, mantiveram-se confusos e indomados.¹⁰

O *Tratado Preliminar de Limites na América meridional entre S. M. F. a senhora D. Maria I, Rainha de Portugal, e S. M. C. o senhor D. Carlos III, Rei de Hespanha*, assinado em 1777, em San Ildefonso de la Granja, ratificou o Tratado de Lisboa, o Tratado de Utrecht e o Tratado de Paz de Paris. Com este Tratado desejavam extinguir as discórdias seculares entre as duas coroas e seus vassallos, celebrando uma paz perpétua e constante “em qualquer parte do mundo [...] com esquecimento total do passado e de quanto houverem obrado as duas em ofensa recíproca”, possuindo como desígnio fundamental pôr termo às controvérsias e discussões sobre suas fronteiras, determinando, nos 25 artigos, os limites de suas possessões na América e na Ásia.¹¹

Em linhas gerais, o Tratado de Santo Ildefonso reabilitou o de Madri, mantendo o *uti possidetis* e os limites naturais como preceitos para demarcar a maior parte da fronteira no sul da América. As alterações contidas nos artigos ditados pela Espanha consistiam, para Portugal, em grande perda de território ao sul, tanto a Colônia de Sacramento como a região dos Sete Povos das Missões deveriam ser entregues à Coroa espanhola.¹²

Nos artigos XI, XII, XIII e XIV foram convencionadas as linhas que seguiriam as fronteiras na Amazônia portuguesa, sendo mantido o artigo IX do tratado anterior que cobria a região entre o rio Japurá e o vale do rio Negro, pois tratava no artigo XX da execução do tratado nas duas margens do rio Maranhão *ou das Amazonas*, conforme representado no mapa a seguir (Figura 1).

espanholas. Belém: SECULT, 1993. p. 41-94 e BEOZZO, José Oscar. *Leis e Regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*, São Paulo: Loyola, 1983. p. 54.

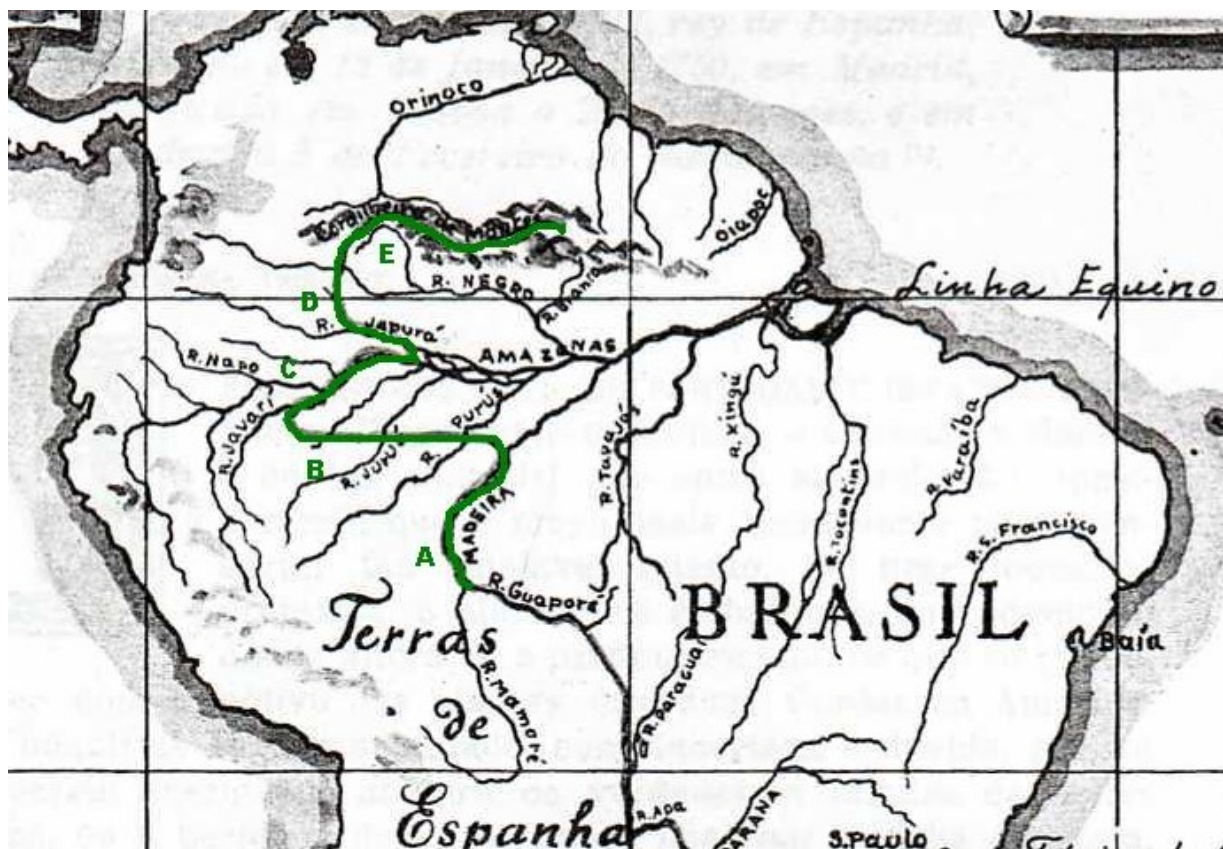
¹⁰ Sobre as questões diplomáticas, cf. CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri (1750)*. Rio de Janeiro: MRE, 1952 e *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: MRE, 1957.

¹¹ *Tratado Preliminar de Limites na América...*, apud SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 163-177.

¹² FREITAS, Aimerê. *Fronteira Brasil/Venezuela: encontros e desencontros*. São Paulo: Corprint, 1998. p. 111.

Figura 1

Limites entre Espanha e Portugal na Amazônia – Tratado de Santo Ildefonso (Art. XI e XII)¹³



Fonte: SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 134.

Trechos fronteiriços:

A – Baixará a linha pelas águas destes dois Rios Guaporé e Mamoré, já unidos com o nome de Madeira, até a paragem situada em igual distância do Rio Maranhão ou Amazonas e da boca do dito Mamoré; [...]

B – [...] continuará por uma linha leste-oeste até encontrar com a margem oriental do Rio Javari, que entra no Maranhão pela sua margem austral; [...]

C – [...] e baixando pelo álveo do mesmo Javari até onde desemboca no Maranhão ou Amazonas, prosseguirá águas abaixo deste rio, [...], até a boca mais ocidental do Japurá, que deságua nele pela margem setentrional.

D – [...] Continuará a fronteira subindo águas acima da dita boca mais ocidental do Japurá, [...]

E – [...] e pelo meio deste rio até aquele ponto em que possam ficar cobertos os estabelecimentos portugueses das margens do dito Rio Japurá e do Negro, como também a comunicação ou canal de que se serviam os mesmos Portugueses entre estes dois rios ao tempo de celebrar-se o Tratado de Limites de 13 de Janeiro de 1750, conforme o sentido literal dele, e do seu Artigo IX, [...]¹⁴

¹³ O recorte da região amazônica, a linha de fronteira e as letras referentes aos trechos fronteiriços são intervenções nossas na imagem original.

¹⁴ SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 134.

Para abreviar e facilitar os trabalhos, formaram quatro Divisões/Partidas mistas,¹⁵ cada uma com seu corpo técnico, nomeando comissários para chefiá-las que fossem:

[...] de conhecida probidade, inteligência e conhecimento do país, para que juntos nas paragens da demarcação, assinalem os ditos pontos [...], outorgando os instrumentos correspondentes e formando um mapa individual de toda a fronteira que reconhecerem e assinalarem.¹⁶

A quarta Partida, chefiada pelos comissários João Pereira Caldas e Francisco Requena, foi destinada a demarcar os limites dos terrenos da área setentrional, descritos nos artigos XII do Tratado de Santo Ildefonso e IX do Tratado de Madri:

[...] devendo começar pela Boca mais Ocidental do Rio Japurá, e subir pelo meio deste Rio até encontrar o Alto da Cordilheira de Montes, que medeia entre o Rio Orenoco, e o das Amazonas, é evidente que a dita Cordilheira de Montes deve ser o Distrito até onde se há de subir, para nele se determinar o Ponto da Linha, de que tratam os referidos dois Artigos; e que ela fique servindo de Baliza, da qual fiquem cobertos, e vedados os Estabelecimentos Portugueses das Margens do dito Japurá, e do Rio Negro, como também a Comunicação ou Canal de que se sirvam entre estes dois Rios, de sorte que nem os Espanhóis descendo, se introduzam nos Domínios de Portugal, nem os Portugueses subindo, passem aos Domínios de Espanha.

[...] continuaria a Raia pela dita Cordilheira dos Montes, que medeiam entre o Rio Orenoco, e o das Amazonas prosseguindo a mesma Raia pelo Cume dos ditos Montes para o Oriente até onde se estender o Domínio de uma, e outra Monarquia, e fixando-se os Limites por estes Distritos, sem reparar no pouco mais, ou menos que fique a cada uma delas, contanto que se logrem os fins acima indicados.¹⁷

Com a experiência e os conhecimentos adquiridos na infrutífera tentativa de demarcações acordadas no Tratado de Madri, planejaram com muito cuidado a estratégia e logística para efetivar os trabalhos expressos no Tratado de Santo Ildefonso. Para tal empresa, era necessário ultimar preparativos que incluía requisitar pessoal habilitado para as tarefas necessárias; instrumentos e acessórios destinados às observações matemáticas e astronômicas; meios de transporte para as inúmeras expedições pelos territórios a serem reconhecidos e demarcados; alimentação; utensílios domésticos; remédios, entre outros.¹⁸ Neste ensaio, por conta da sua brevidade, analisaremos os dois primeiros elementos.

¹⁵ A primeira Partida era destinada ao governo do Rio de Janeiro, empregada na parte meridional para demarcar os terrenos descritos nos artigos III, IV, V, VI e VII; a segunda, ao governo de São Paulo e deveria demarcar os terrenos descritos no artigo IX até o marco de mármore na boca do rio Jauru e os descritos na primeira parte do artigo X; a terceira, ao governo do Mato Grosso, que deveria seguir a segunda parte do artigo X. Arquivo Colonial do Museu Amazônico (Fundo Arquivo Público do Estado do Pará), doravante ACMA (APEP), cx. 17, Carta Régia de 07/01/1780. Sobre a participação da capitania de Mato Grosso nos trabalhos de demarcações, ver: AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. *Luís de Albuquerque*. Viagens e governo na capitania de Mato Grosso 1771-1791. Rio de Janeiro: Versal, 2014, especialmente as páginas 259-273.

¹⁶ Artigo XV do *Tratado Preliminar de Limites na América...*, apud SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

¹⁷ ACMA (APEP), cx. 17, Ofício de 08/01/1780.

¹⁸ Cf. TORRES, Simeia Maria de Souza. *Onde os impérios se encontram: demarcando fronteiras coloniais nos confins da América (1777-1791)*. Tese (Doutorado em História Social). PUC, São Paulo, 2011.

“[...] muitos homens habilíssimos [...]”

"Nesta jornada vi o que se não pode nem explicar, nem facilmente compreender, que é um oceano de água doce, um labirinto de ilhas e um concurso imenso de caudalosos rios. Para se poder tirar um Mapa exato de tudo isto, seriam necessários muitos homens habilíssimos [...]"¹⁹

Para efetivar o gigantesco empreendimento acordado no Tratado de Madri, foi imprescindível a participação de muitos agentes com a devida formação técnica, posto que se tratava de determinar, mapear e balizar os limites de uma enorme extensão territorial que, partindo do "regato que sai ao pé do Monte de Castilho Grandes", atual Uruguai, estendia-se até o final dos cumes da "Cordilheira de Montes, que medeiam entre o Orinoco e o das Amazonas ou Marañon; e prosseguirá pelo cume destes Montes para o Oriente, até onde se estender o Domínio de uma e outra Monarquia".²⁰

Portugal, apesar do empenho feito com a criação das academias militares, não pôde contar com homens em número e qualidade suficientes para a empreitada e precisou recorrer à contratação de estrangeiros para compor os quadros técnicos das duas comissões mistas que deveriam operar simultaneamente ao norte, na bacia amazônica, e ao sul, na bacia platina.²¹

Nessas comissões, os portugueses ficaram limitados a ocupar, no plano militar, os cargos de chefia e coadjuvação e, na esfera civil, as funções financeiras e burocráticas, mas as atividades que requeriam formação especializada como engenharia, cartografia, geografia, matemática, desenho e astronomia ficaram a cargo de profissionais recrutados em Bolonha, Roma, Pádua, Verona, Veneza, Florença, Milão, Paris, Basileia e Viena.²²

Três décadas de intervalo entre um tratado e outro foram suficientes para Portugal realizar uma significativa renovação cultural, intelectual e científica, concretizada pela denominada "reforma educacional pombalina" que manifestava, sobretudo, um grande interesse pelas ciências da natureza e pelas ciências do rigor, até então afastadas do ensino universitário.

Dentre as reformas pombalinas, Arthur Reis destaca, pelo seu caráter revolucionário, a reforma da Universidade de Coimbra, enfatizando que essa reforma se notabilizou pela criação das faculdades de matemática e filosofia, incorporação da faculdade de medicina ao regime experimental, criação do dispensário farmacêutico, laboratório de química, gabinete de física, teatro anatômico, observatório astronômico, museu de história natural e do Jardim Botânico.²³

¹⁹ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado – 1751-1759. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. p. 307.

²⁰ Artigos IV ao IX do *Tratado de Limites das Conquistas entre os muito altos e Poderosos Senhores D. João V, Rey de Portugal e D. Fernando VI, Rey de Espanha...*, apud SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 135-148.

²¹ GUERREIRO, Inácio. *Fronteiras do Brasil colonial: a cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII*. *Oceanos*, n. 40, out./dez. 1999, (24-42). p. 30-32.

²² *Ibid.*, p. 29.

²³ Domingos Vandelli, Antonio Soares Barbosa, Dallabella, Miguel Franzini, Miguel Antonio Ciera, José Monteiro da Rocha e José Anastácio da Cunha, foram alguns mestres do quadro da "nova" Universidade de Coimbra: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A viagem filosófica e as expedições científicas na Ibero-América no século XVIII, Separata de Cultura*, n. 5, 1953, (67-83). p. 70-71.

Segundo Ângela Domingues, ao criar o Colégio dos Nobres (1761), reformar as academias militares e reestruturar a Universidade de Coimbra (1772), constituindo o quadro docente destas instituições com professores – de astronomia, física, matemática, história natural e outras ciências – contratados em Pádua, Gênova e Bolonha, o Estado português conseguiu formar uma “elite do conhecimento” e tê-la a sua disposição.²⁴

Portanto, diferentemente das comissões demarcadoras de 1750, em 1777 a Coroa portuguesa não precisou empregar pessoal estrangeiro na conformação do seu quadro técnico para as atividades das demarcações que deveria conter pelo menos “[...] dois Comissários Principais, dois Engenheiros, dois Geógrafos, e dos Práticos do País, com a Comitiva proporcionada a este Número de Gente, e ao Serviço de que fosse incumbida”.²⁵

Portugal buscou em suas próprias fileiras do exército e no corpo de profissionais civis, doutorados em Coimbra, gente suficientemente habilitada e em quantidade necessária para executar as imprescindíveis e específicas tarefas de campo (Tabela 1); além de contar com servidores aptos no Estado do Grão-Pará.

Tabela 1
Quarta Partida de Limites Portuguesa²⁶

NOME	PATENTE	FUNÇÃO
João Pereira Caldas	Governador do Estado do Grão-Pará	Plenipotenciário
Theodozio Constantino de Chermont	Tenente Coronel de Artilharia em exercício de Engenheiro	Primeiro Comissário
Henrique João Wilckens	Sargento-Mor de Artilharia em exercício de Engenheiro	Segundo Comissário
Joaquim Antunes do Valle	Sargento-Mor da Capitania do Mato Grosso	Ajudante de Ordens
Euzébio Antonio de Ribeiros	Sargento-Mor de Infantaria em exercício de Engenheiro	Cartógrafo
Pedro Alexandrino Pinto de Souza	Capitão de Infantaria em exercício de Engenheiro	Cartógrafo
José Simões de Carvalho	Capitão de Infantaria em exercício de Engenheiro	Astrônomo Cartógrafo Matemático
José Joaquim Vitória da Costa	Capitão de Infantaria em exercício de Engenheiro	Astrônomo Cartógrafo Matemático
Severino Euzébio de Matos	Capitão Interino de Infantaria	Cartógrafo

²⁴ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciência e Saúde*, VIII (Suplemento), 2001, (823-838) e Viagens científicas e “elite do conhecimento”: polivalência e mobilidade ao serviço do Império colonial, *Blogue de História Lusófona*, 2009. Disponível em: <http://www.iict.pt>. Acesso em: 14/02/2010.

²⁵ ACMA (APEP), cx. 17, Carta Régia de 07/01/1780.

²⁶ Elaborado a partir de FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG, 1983; TORRES, Simeia Maria de Souza. *O Cárcere dos Indesejáveis – Degredados na Amazônia portuguesa (1750-1800)*. Dissertação (Mestrado em História). PUC, São Paulo, 2006 e VITERBO, Francisco Marques de Sousa. *Expedições científico-militares enviadas ao Brasil*. Lisboa: Panorama, 1962.

Francisco Luiz Carneiro	Tenente de Dragões da Capitania do Mato Grosso	Desenhador
João Bernardes Borralho	Comandante da Fortaleza de S. Joaquim do Rio Branco	Almoxarife
José Joaquim Cordeiro	Tenente	Administração da Real Mesa
Antonio Pinto	Ajudante da Legião de Auxiliares de Cuiabá.	—
Pe. Fr. Pedro Thomaz	Ordem dos Carmelitas Calçados	Capelão
Antonio José Araujo Braga	—	Primeiro Cirurgião
Francisco Almeida Gomes	—	Cirurgião
José Ferreira	—	Ajudante de Cirurgia
João Batista Mardel	Tenente Coronel	Comandante da Tropa da Guarnição
Manuel da Gama Lobo d'Almada	Coronel de Infantaria	Governador de S. José do Macapá
José Antonio Landi	Capitão de Infantaria	Desenhador
Antonio Coutinho Almeida	Capitão do 1º Terço de Infantaria	Provedor
José Antonio Carlos Avillar	Capitão do 2º Terço de Infantaria	Secretário
Francisco Xavier Andrade	Capitão da 1ª Cia de Infantaria	Almoxarife e Tesoureiro
Sebastião José Prestes	Alferes do 2º Terço de Infantaria	Escrivão
Francisco Jacob do Rio	—	Escrutário
Bernardo Francisco Paula	Soldado da Cavalaria	Amanuense
Domingos A. de Sampaio	Anspeçada	Amanuense
João Lopes	Cabo de Esquadra	Risco e Escrituração

A maioria dos servidores selecionados, havia muitos anos, viviam e exerciam suas atividades oficiais no Grão-Pará, com exceção do sargento-mor Euzébio Antonio de Ribeiros que foi requisitado do Rio de Janeiro, onde ocupava o posto de capitão de Artilharia e lente da Aula e esteve empregado em diferentes comissões pelo marquês do Lavradio. Ribeiros foi recomendado como um "Oficial de préstimo [...] muito ativo e trabalhador, [...] um Oficial de confiança".²⁷

²⁷ ACMA (APEP), cx. 17, Ofício de 07/01/1780.

Dos residentes em Belém destacamos os três militares escolhidos para ocupar os principais postos na hierarquia da Partida. João Pereira Caldas servia na Amazônia havia quase 30 anos, chegando como ajudante de ordens de Francisco Xavier de Mendonça Furtado,²⁸ o qual lhe rendeu as seguintes referências:

Tenho dele todo o bom conceito que pode ser, porque servindo de ajudante de sala deste governo há perto de seis anos, ainda não vi neste oficial ação que não fosse de quem não tem imaginação alguma que não seja de honra, e de cristandade; Deus Nosso Senhor queira conservá-lo no mesmo estado, para que sirva à Sua Majestade como deve, e como eu me persuado a que ele o há de fazer.²⁹

Pereira Caldas permaneceu na região após a anulação do Tratado de Madri, adquirindo ampla experiência e conhecimento sobre questões da Amazônia, especialmente sobre as fronteiras. Governou a capitania do Piauí entre 1759 e 1769 e, a partir de 1772, assumiu o governo do Grão-Pará e Rio Negro. Conservou-se no serviço de chefia das demarcações até 1788 quando, muito adoentado, retornou a Lisboa e foi substituído por Manoel da Gama Lobo d'Almada.³⁰

Theodozio Constantino de Chermont prestava serviços na Amazônia desde 1760. Foi recomendado para a quarta Partida por Bernardo de Mello e Castro que o considerava "[...] um dos melhores Capitães dos Regimentos da dita Cidade; porque além de ser muito bom Engenheiro, sabe excelentemente da Artilharia [...]". Permaneceu no posto de primeiro comissário até 1784, sendo substituído por João Batista Mardel.³¹

Por último, Henrique João Wilckens chegou a Belém em 1753. Recomendado pela rainha-mãe por ser filho do seu boticário e conhecido por ter noções de geometria, acompanhou Mendonça Furtado e a comitiva do Tratado de Madri. Em 1755, participou da equipe de demarcação do Mato Grosso como ajudante-engenheiro sob as ordens e orientações do matemático e astrônomo jesuíta Inácio Szentmártonyi. Da viagem de reconhecimento ao

²⁸ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. p. 131-140.

²⁹ Projeto Resgate de Documentação Histórica – Documentos Manuscritos Avulsos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino – Capitania do Pará (1623-1822), Doc. 4013.

³⁰ Sobre João Pereira Caldas cf. VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001 e SANTOS, Fabiano Vilça dos. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo, 2008, p. 254-291.

³¹ Delineou o primeiro mapa da cidade de Belém: *Plano Geral da Cidade do Pará*. Finalizou sua carreira militar como Brigadeiro reformado em 1811. Fundiu pela primeira vez um canhão na Amazônia e inventou e fez funcionar a primeira máquina de beneficiar arroz. Projeto Resgate de Documentação Histórica – Documentos Manuscritos Avulsos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino – Capitania do Rio Negro (1723-1825), doravante PRDH – AHU/RN, Doc. 196, 202 e 503 e BARATA, Carlos Eduardo de Almeida e BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: IBEROAMÉRICA, s/d. p. 731.

rio Japurá produziu um diário, cujas anotações etnográficas utilizou em seu poema épico *Muhuraída ou o Triunfo da Fé*, 1785.³²

O bolonhês José Antonio Landi, “desenhador” da Comissão de 1750, também permaneceu na Amazônia após a suspensão. Segundo Mendonça Furtado, o arquiteto italiano “risca excelentemente e tem grande noticia da arquitetura”. Era o único estrangeiro da quarta Partida e, em 1784, foi requisitado para alguns trabalhos, pelos quais colaborou com a expedição do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792).³³

Os “forasteiros”, dessa feita em minoria, eram todos portugueses e partiram de Lisboa. Os matemáticos, José Joaquim Vitório da Costa e José Simões de Carvalho, eram doutores da Universidade de Coimbra e foram escolhidos entre os melhores; ambos tiveram “um contínuo exercício e prática da sua profissão, debaixo da inspeção do Doutor Ciera”.³⁴

Pedro Alexandrino Pinto de Souza desempenhava a função de ajudante na Academia Militar de Lisboa; dentre os serviços que executava constavam levantamento de planos, medição de terrenos e outros serviços oficiais. O primeiro cirurgião, Antonio José de Araújo Braga, trabalhou no hospital de Cádiz e de Évora; quando solicitado para as demarcações, praticava medicina no Hospital Real de São José em Lisboa, no qual começou como enfermeiro e depois passou a “cirurgião fiscal do segundo banco”.³⁵

Além de desenvolver os trabalhos próprios de suas profissões, esses servidores também foram instruídos a observarem e registrarem

³² PRDH – AHU/RN, Doc. 203 e 211. Cf. AMOROSO, Marta Rosa e FARAGE, Nádía (Orgs.). *Relatos da fronteira amazônica no século XVIII*: Alexandre Rodrigues Ferreira e Henrique João Wilckens. São Paulo: NHII-USP, 1994. p. 13-15 e MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. Henrique João Wilckens e os índios Mura. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 109, 1989, (227-275).

³³ Landi teve importante papel na elaboração de projetos de edifícios para a cidade de Belém. MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado – 1751-1759. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. p. 764-766; PRDH – AHU/RN, Doc. 527 e MEIRA FILHO, Augusto. *Landi, esse desconhecido (o naturalista)*. Rio de Janeiro: Cons. Fed. de Cultura, 1976.

³⁴ Miguel Antonio Ciera chegou a Lisboa em 1751 contratado para reconhecer e cartografar o território fixado no Tratado de Madri. Como astrônomo e cosmógrafo fez parte da Partida do Sul, que reconheceu os rios da bacia platina entre o Paraguai e o Jauru, bem como as águas do Paraná até o seu grande salto, produzindo o *Mappa geographicum quo flumen Argentum, Paraná et Paraguay*. Além de precisas cartas geográficas, registrou a lápis e aquarela a fauna, tipos populares e paisagens, criando o primeiro conjunto iconográfico da região que, no século XVIII, recebeu o nome de Pantanal. De volta a Lisboa, ainda realizou trabalhos ligados à demarcação, finalizando ou copiando cartas geográficas sul-americanas. Em 1760, participou da criação do Real Colégio dos Nobres, do qual foi prefeito dos Estudos. A partir de 1772, ensinou astronomia na reformada Universidade de Coimbra. Em 1780, estabeleceu a Real Academia da Marinha e ensinou trigonometria-esférica e arte da navegação teórica e prática. ACMA (APEP), cx. 17, Ofício de 07/01/1780; DOMINGUES, Ângela. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII*: política, ciência e aventura. Lisboa: CEHA, 1991. p. 25 e COSTA, Maria de Fátima. Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano. *Anais do Museu Paulista*, v. 17/2, 2009, (189-214).

³⁵ ACMA (APEP), cx. 17, Ofício de 07/01/1780 e FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG, 1983. p. 744 e 755.

[...] as qualidades naturais dos Países, os Habitantes que neles vivem, e os seus costumes; os Animais, Aves, Plantas, Rios, Lagoas, Montes, e outras semelhantes coisas dignas de ser saberem; fazendo todo o possível porque as suas observações, e diligências sejam exatas, e para que possam também servir para o adiantamento das Ciências, e progresso que fizerem na História Natural, e observações Físicas, e Astronômicas.³⁶

Foi atendendo a essas instruções e, por conseguinte, produzindo relatórios, diários, ofícios e memórias, que cientistas, funcionários civis e militares a serviço da Coroa portuguesa, muitas vezes invertendo papéis – cientistas apresentando discursos administrativos e funcionários prestando informações de cunho científico –, criaram e sustentaram, segundo Ângela Domingues, uma dilatada rede de informação que permitiu a Portugal conhecer mais profunda e rigorosamente a sua colônia na América, reconhecendo os limites físicos e as potencialidades econômicas de seus domínios.³⁷

Dessa forma, a esse contingente de primeira linha reuniram-se ainda:

[...] – Espingardeiro, 1 – Sargentos, 2 – Furriéis, 2 – Porta Bandeira, 1 – Cabos de Esquadra, 14 – Anspeçadas, 5 [...] – Soldados, 38 – Tambores, 2 – Oficiais Índios e Equipagens das Canoas: – Sargento Mor, 1 – Capitão, 1 – Marinheiros brancos, 2 – Pilotos Índios, 21 – Remeiros ditos, 316 – Famílias, Criados e Escravos: – Mulheres, 5 – Filhos, 3 – Filhas e uma afilhada índia, 4 – Agregados brancos, 5 – Ditos Índios, Mameluco e Mulato, 6 – Criados brancos, Mulato e Preto, 6 – Ditos Índios, 21 – Escravos, 23 – Escravas, 12. – **Todas as pessoas 516.**³⁸ (Grifo nosso)

Por outro lado, a quarta Partida espanhola diferenciava-se muito da portuguesa, tanto em número como na composição do seu corpo técnico (Tabela 2):

³⁶ PRDH – AHU/RN, Doc. 205.

³⁷ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências e Saúde*, p. 824-825.

³⁸ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: MPEG, 1983. p. 420-430.

Tabela 2
Quarta Partida de Limites Espanhola³⁹

NOME	PATENTE	FUNÇÃO
Francisco Requena y Herrera	Capitão de Infantaria em exercício de Engenheiro; Governador de Maynas	Primeiro Comissário
Felipe Arechua y Sarmiento	Capitão da Cavalaria e de Milícias	Segundo Comissário
Apolinário Diaz de La Fuente	Capitão Comandante do Forte da boca do Cassiquiari e Povoação das Esmeraldas.	Geógrafo e Astrônomo
Joaquim Fernandes del Busto	Sargento-Mor de Índios	-
Juan Manuel Benitez	Tenente de Milícias de Quito	Comandante da Tropa, Provedor e Tesoureiro
Mariano Bravo'	-	Capelão
Manuel de Vera	-	Cirurgião e Médico
Gaspar Santistebam	Cadete/Alferes de Milícias	Secretário
Juan Salinas	Cadete/Alferes de Milícias	Ajudante
Felipe Ramon Alegria	-	Oficial da Tesouraria
Justo Ventura Munar	-	Guarda Armazém

Além desse diminuto corpo principal, comparado ao português, a Comissão espanhola contava apenas com mais 1 primeiro sargento, 1 segundo sargento, 1 cabo de esquadra, 1 tambor, 1 desenhador, 1 cadete, 8 sargentos, 2 cabos, 45 soldados brancos, 2 capitães negros, 4 marinheiros “que servem de Patrões dos Barcos”, 1 cozinheiro, 1 padeiro, 1 mordomo “que serve de copeiro”, 1 carpinteiro, 1 calafate, 1 ferreiro e serralheiro, 1 enfermeiro, 4 capitães índios, 2 ajudantes, 2 alferes, 4 pilotos índios portugueses e 180 índios remeiros; totalizando **289 pessoas** (grifo nosso).⁴⁰

O primeiro escalão era composto por espanhóis que já residiam e trabalhavam na América hispânica havia algum tempo, como Francisco Requena y Herrera, natural de Orã, em África; Apolinário Diaz de La Fuente, de Mérida; Joaquim Fernandes de Bustos e Juan Manuel

³⁹ Elaborado a partir de *Descrição das Pessoas, e seus Empregos, Ocupações, Soldos, e Gratificações, de que se compõe a quarta Divisão, ou Partida Espanhola na execução da Demarcação do Tratado Preliminar de Limites no Rio Japurá*. PRDH – AHU/RN, Doc. 227; GIRALDO, Manuel Lucena. *Francisco Requena y otros: ilustrados e bárbaros – Diálogo de la exploración de límites al Amazonas (1782)*. Madri: Alianza Editorial, 1991; BEERMAN, Eric. *Francisco Requena: la expedición de límites. Amazonia, 1779-1795*. Madri: Companhia Literaria, 1996 e GARCIA, Maria Loreto Rojo. *La línea Requena: fijación científica de la frontera brasileña con Venezuela, Nueva Granada y Peru (1777-1804)*. In: SOLANO, Francisco de y BERNABEU, Salvador (Orgs.). *Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la FRONTERA*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1991, (217-246).

⁴⁰ PRDH – AHU/RN, Doc. 227. *Mapa Geral da Expedição das Reais Demarcações da Quarta Divisão de Sua Majestade Católica, que compreende todas as Pessoas, e seus Empregos Militares, ou Civis; como também todas as Embarcações de meia coberta, Botes, Ubás, e Balsas, ou Jangadas, com que se apresentaram na Fronteira da Tabatinga em 7 de Março de 1781*.

Benitez, ambos de Sevilha e o Dr. Manuel de Vera, de Cádiz, e por militares nascidos na América, como Felipe Arechua y Sarmiento, da cidade do Panamá; Juan Salinas e Mariano Bravo, de Quito e Gaspar de Santistebam, de Guayaquil.

O relatório produzido por Theodozio de Chermont ofereceu, além de informações precisas, comentários, por vezes ácidos, sobre a Partida espanhola, que demonstrava total despreparo para executar a complexa tarefa da qual estava encarregada. Exceto pelo primeiro comissário Francisco Requena e pelo capelão Mariano Bravo, formado em Teologia na Universidade de Quito e gozando a fama de bom pregador, os outros membros possuíam pouco ou nenhum conhecimento, formação, experiência ou prática dos serviços que deveriam ser realizados.⁴¹

O segundo comissário Felipe Arechua y Sarmiento “nunca serviu na Tropa Viva, nem tem a mais leve idéia do serviço regular”; somente havia servido em cargos civis, como corregedor, dos quais alcançou, pela força da prática, algum conhecimento forense e o resto da sua vida esteve sempre voltada para o comércio.

O tenente de milícias Juan Manuel Benitez havia sete anos que residia na América, fora educado para o comércio e também “nunca serviu na Tropa Viva [...] Não deve admirar não ter gênio militar, e antes admirar-se-ia se o tivesse; desfrutava da proteção do Presidente de Quito a cujo favor deve todos os seus empregos”.

O cirurgião e médico Manuel de Vera estudou cirurgia na Academia de Cádiz, de onde passou para Quito e se graduou em Medicina; “tem o conhecimento que basta da língua Francesa para entender os livros da sua profissão: Não tem dado, por suas operações, motivo a grande conceito”.

De sua parte, o sargento de milícias Joaquim Fernandes de Bustos servia na costa de Caracas e, por conta da prática, possuía algum conhecimento da rotina do serviço, “mostrando, contudo, mais gênio para os lances do comércio, que para os empregos da Guerra”.

Gaspar Santistebam e Juan Salinas eram os elementos mais jovens. Gaspar de Santistebam era cunhado de Francisco Requena e, de acordo com Chermont, “não se lhe deve considerar maior conhecimento na sua profissão que aquela que é igual em toda a América, donde falta escola, prática e bons livros”. Juan Salinas, com a mesma inexperiência, só o sucedia por possuir “uma viveza e desembaraço capaz de executar qualquer ação a todo o risco; donde a razão e o entendimento tenham a menor parte na sua execução”.

Possivelmente o membro mais inadequado dessa Partida tenha sido o “geógrafo” Apolinário Diaz de La Fuente. Na demarcação de 1750, foi responsável pela guarda e manutenção dos instrumentos astronômicos e, apesar de possuir algum conhecimento mecânico do uso dos instrumentos, a falta de princípios da matemática não permitia que fizesse qualquer aplicação deles, fato que não impediu que fosse empregado em reconhecer e

⁴¹ As informações e citações sobre a Partida espanhola, constantes neste e nos próximos sete parágrafos, pertencem ao documento *Prévia informação de cada uma das Pessoas, de que se compõe a Quarta Divisão de Limites de Sua Majestade Católica*. PRDH – AHU/RN, Doc. 227.

navegar todo o rio Orenoco, tirando a configuração do seu curso, “sendo na verdade pena, que tão dilatado trabalho se não possa reduzir debaixo de preceito, por falta das necessárias observações Astronômicas, para a determinação de Latitudes, e Longitudes”.

La Fuente nunca escondeu a falta de conhecimentos, mesmo básicos, necessários para o serviço e assegurava que nem aritmética sabia, sendo esta a afirmação que fez ao vice-rei de Santa Fé quando provido em geógrafo na expedição de limites. Alguns meses depois, o vice-rei possuía outra visão de La Fuente: “hoje [...] declara o saber não ser capaz do emprego, pois o intitula ‘esfrega metais’, mas do que não tem outro que mande”. A insuficiência de conhecimentos técnicos causou sua baixa dos serviços logo no início da demarcação, deixando mais essa tarefa para Francisco Requena.⁴²

Requena demonstrou ser o servidor melhor preparado para a empreitada das demarcações. Desde 1764 encontrava-se na América, sempre trabalhando na construção de fortificações, como de Portobelo, Chagres e Darién, ou em levantamentos cartográficos de cidades como Cartagena e Guayaquil. Segundo Chermont, Requena deu provas de ter suficiente “instrução na sua faculdade: Sabe da Língua Francesa [...] é naturalmente vivo, trabalhador, e projetador de trabalhos [...] Da Arte da Guerra tem a noção geral de todos os Colonos e a pouca mais que dos livros da sua Nação pode tirar”.⁴³

A questão econômica pode ser uma explicação para a diminuta Comissão espanhola, uma vez que a Espanha havia declarado guerra contra a Inglaterra em 1779 e, certamente, precisava conter recursos. Com esta radical redução de pessoal, a Coroa espanhola colocou Francisco Requena numa difícil posição: assumir tanto o comando militar, político e diplomático de sua Comissão quanto a responsabilidade por muitos dos trabalhos técnicos.⁴⁴

Assistido por um corpo militar insuficiente e tecnicamente pouco habilitado, Requena foi obrigado a assumir mais do que as funções e responsabilidades competentes ao seu cargo. Para dar bom termo à missão, precisou se desdobrar em geógrafo, astrônomo, cartógrafo, desenhista, instrumentista, escrevente, pintor e, quando necessário, médico, função desempenhada com a colaboração do médico português, Antonio José de Araújo Braga, durante a expedição ao rio Japurá, quando o cirurgião Manuel de Vera ficou na vila de Ega cuidando de alguns doentes.⁴⁵

⁴² GIRALDO, Manuel Lucena. *Francisco Requena y otros: ilustrados y bárbaros – Diario de la exploración de límites al Amazonas (1782)*. Madri: Alianza Editorial, 1991. p. 30-31.

⁴³ Cf. “Retrato biográfico de Francisco Requena (1743-1824)”. In: BEERMAN, Eric. *Francisco Requena: la expedición de límites. Amazonia, 1779-1795*. Madri: Companhia Literaria, 1996. p. 17-78 e SADORNIL, José Luis Del Rio. Don Francisco Requena y Herrera: una figura clave en la Demarcación de los Límites Hispano-Lusos en la cuenca del Amazonas (s. XVIII). *Revista Complutense de Historia da América*. n. 29, 2003, (51-75).

⁴⁴ Discordamos de Arthur Reis quando afirma que Francisco Requena “não estava capacitado para as funções do cargo, que requeria gente hábil, maneirosa e preparada”. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*, p. 137. Requena demonstrou grande astúcia diplomática e política ao desviar os portugueses da demarcação do rio Japurá, que não era conveniente à Espanha, e ainda se estabelecer por 8 anos como senhor absoluto na vila de Ega, período de suspensão das demarcações. Desempenhando funções técnicas, levantou planos, produziu mapas, diários e belas aquarelas que foram objeto de estudo e reproduzidas em: SMITH, Robert C. Requena and the Japurá: some eighteenth-century watercolors of the Amazon and other rivers. *The Americas*, v. III, 1946, (31-65) e BEERMAN, Eric. *Op. cit.*

⁴⁵ PRDH – AHU/RN, Doc. 245.

Sobre o restante da tropa que compunha a comitiva espanhola, Chermont traçou um panorama pouco lisonjeiro:

Da mais tropa se não poder dar boa idéia, [...]. A maior parte são Recrutas, e os Veteranos, por má conduta, foram mandados para a Expedição do Maranhão em castigo: Eles são de diversos Corpos, e Províncias de muita distância uma das outras; como são Cartagena, Rio Lacha, Porto Belo, Panamá, Quito, Guayaquil, Jaen, e da Província de Maynas, do mais recôndito Sertão: A esta variedade, juntos os vícios, que lhes são inseparáveis em menor, ou maior grau, segundo a atividade, e zelo do Chefe. Este é o retrato deste pequeno Corpo; e da sua fisionomia, se tire o Horóscopo que lhe convier.

Dos Índios, de que a Expedição vem fornecida, para remeiros, já não é ignorado o pouco mérito de seu trabalho; não só por não serem matraqueados nele, mas porque de sua natureza, todos os Índios da América Meridional são frouxos, e muito mortais; e os desta parte das Amazonas muito mais, como a longa experiência, reiteradas vezes, tem mostrado; pelo que não será fácil, se conclua a Demarcação, só com eles.⁴⁶

Em suma, *habílísimos* ou não, esses foram os sujeitos, portugueses e espanhóis, selecionados para a imensa empreitada de reconhecer territórios, cartografar, fixar marcos, enfim, repartir os domínios ibéricos na América.

Instrumentos científicos: ferramentas imprescindíveis

[...] farão todo o possível para irem configurando os Rios por donde navegarem, os rumos a que correm, os que acharem que neles se metem, explicando todos pelos seus nomes, [...] e formarão um Mapa exato debaixo da escala, ou Petipé, que no espaço de uma Polegada de pé de Rei de Paris, compreenda a Vigésima parte de um grau de Círculo do Equador, sem que de forma alguma se possa alterar o Método acima. Para que possa o sobredito Mapa ser formado com a exatidão possível, os Astrônomos e Geógrafos tomarão ao meio dia a altura do sol, apontando a variação da agulha: E de noite, quando o tempo, e Circunstâncias o permitirem, farão as Observações Astronômicas, que são próprias para determinarem as longitudes.⁴⁷

Essas foram as instruções régias passadas aos astrônomos, geógrafos e cartógrafos empregados nas expedições de demarcações de fronteira concernente ao Tratado de Madri. De igual forma, as mesmas instruções e recomendações foram reeditadas e ordenadas aos especialistas responsáveis pelas demarcações acordadas no Tratado de Santo Ildefonso.

Certamente, para “ler o céu”, os instrumentos científicos – matemáticos, físicos e astronômicos – eram ferramentas de trabalho indispensáveis para uma exata efetivação da

⁴⁶ PRDH – AHU/RN, Doc. 227.

⁴⁷ PRDH – AHU/RN, Doc. 205. Petipé: escala gráfica orientadora das medidas (léguas, braças, pés, palmos e polegadas) e relações de proporção presentes nos mapas, cf. MOURA, Carlos Francisco. *Astronomia na Amazônia no século XVIII (Tratado de Madri)*: os astrônomos Szentmártonyi e Brunelli – instrumentos astronômicos e livros científicos. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2008. p. 32.

cartografia dos territórios explorados, tornando possível dimensioná-los e formar *um mapa individual de toda a fronteira*, para que fossem reconhecidas e assinaladas, conforme determinava o artigo XV do Tratado.

Portugal deixou a cargo de Miguel Antonio Ciera, contando com a sua experiência adquirida nas demarcações de 1750, a responsabilidade de selecionar e aprontar os instrumentos destinados às observações científicas e a preparação e instrução dos técnicos que iriam manuseá-los.

Nesse período, Portugal não possuía artífices e oficinas especializadas na manufatura de tais instrumentos, havendo somente a possibilidade de serem adquiridos diretamente de astrônomos, tratando-se essencialmente de invenções, ou sob importação da Inglaterra. João Jacinto de Magalhães, ilustre português radicado na Inglaterra, reconhecido pela autoria de aperfeiçoamentos em instrumentos matemáticos, astronômicos e físicos, foi encarregado de mandar executar em Londres, por compra ou manufatura, a encomenda das coleções de instrumentos de astronomia e física que seriam utilizadas pelas comissões demarcadoras.

Os conjuntos de instrumentos encomendados foram acompanhados de manuais, produzidos por Jacinto de Magalhães, nos quais constavam as descrições detalhadas do uso de cada um, os cuidados no manuseio e na manutenção. Quando foi necessário, e em determinadas circunstâncias, Magalhães escreveu a Miguel Ciera oferecendo esclarecimentos sobre um ou outro equipamento.⁴⁸

Dessa encomenda, oito caixas de instrumentos foram entregues aos matemáticos José Joaquim Vitório da Costa e José Simões de Carvalho para que fossem escoltadas até às mãos de Pereira Caldas. Tais caixas continham:

- Caixa 1ª Um Quadrante Astronômico de um pé de raio com parte do seu aparato.
- Caixa 2ª O resto das Peças pertencentes ao dito Quadrante.
- Caixa 3ª Um Banco triangular, para nele pausar o sobredito Quadrante Astronômico.
- Um Instrumento circular de reflexão para a observação de distância.
- Dois Semicírculos de Latão.
- Um Termômetro com as graduações de Fahrenheit, e de Réaumur.
- Uma Caixinha com duas barras magnéticas, para reforçar as Agulhas.
- Um Estojo completo de Instrumentos Matemáticos.
- Um Relógio de algibeira, que mostra os segundos.
- Vários Vidros de Cristal com tintas para as Cartas Geográficas.
- Caixa 4ª Um Óculo acromático de triplo objetivo, de três pés e meio de foco, com um tubo de oculares terrestres, e dois oculares celestes, e com seu pedestal de Latão.
- Outro Óculo também acromático de triplo objetivo, cujo foco é de dezessete polegadas.
- Além do tubo dos oculares terrestres têm dois outros, que aumentam mais os objetos, e servem para as observações celestes.
- Caixa 5ª Contém uma Pêndula de meios segundos, com o seu aparato.

⁴⁸ João Jacinto de Magalhães era membro correspondente da Académie Royale des Sciences de Paris e membro da prestigiada Royal Society londrina. Magalhães também recebeu e executou a encomenda de instrumentos da Corte de Espanha. MALAQUIAS, Isabel Maria. João Jacinto de Magalhães e a definição das fronteiras brasileiras. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 1/2, 2003, (94-102). p. 97-99.

Duas Bússolas, ou Agulhas magnéticas de algibeira, com duas bengalas de Engenheiro para as suster.
Três Tubos de Barômetro.
Caixa 6ª Contém uma Agulha Azimutal, com seu pedestal de três pernas; e outras peças pertencentes a dita Agulha.
Vão mais duas Caixas de Ferramentas, e mais aviamentos necessários para o conserto dos Instrumentos, e seu uso.⁴⁹

Desses instrumentos, Ângela Domingues realça, além do seu caráter dispendioso por serem importados da Inglaterra, a fragilidade e a necessidade de apresentarem algumas características fundamentais, considerando que além da travessia oceânica entre Europa e América, fariam inúmeras viagens nos labirintos líquidos da Amazônia, e possuírem um elevado grau de precisão, pequenas dimensões e pouco peso para que pudessem ser facilmente transportáveis, especialmente para que não ocorresse a situação sobre a qual Ciera alertou: “não suceda o que aconteceu na minha demarcação: pois então se fizeram gastos muito grandes em comprar instrumentos que não se podiam nem transportar nem armar, [...], e por isso ficaram totalmente inúteis”.⁵⁰

Essas peculiaridades dos instrumentos obrigaram o ministro Mello e Castro a fazer uma rigorosa recomendação a Pereira Caldas quando do envio destes. A guarda e conservação dos instrumentos eram prioridades e, portanto, deveriam ser recolhidos e guardados na residência de Pereira Caldas e somente poderiam ser entregues aos profissionais quando realmente fossem utilizá-los, “tendo grande cuidado em que os conservem em bom estado de qualquer mau trato resultará inutilizarem-se para o serviço e também deviam usar igual cautela no modo de se conduzirem nas jornadas por correr grande risco de se desmancharem”.⁵¹

Não obstante todas as recomendações feitas e precauções tomadas, ocorreram incessantes requisições de fornecimento e reposição destes equipamentos. Em diversas ocasiões, os demarcadores requereram variados instrumentos, ressaltando o caráter indispensável destes para os serviços. Isto se explica pela pouca quantidade que foi inicialmente disponibilizada para a realização do mapeamento geográfico, corográfico e topográfico do extenso território amazônico, em geral, somente um exemplar de cada aparelho/instrumento mais complexo.

Em 1786, José Simões de Carvalho alertou sobre a necessidade de duplicação dos instrumentos astronômicos, argumentando que, ao longo dos anos, surgiram ocasiões em que foi preciso repartir as expedições para o exame dos rios e seus braços. A insuficiência de equipamentos limitava e comprometia algumas observações e inviabilizava o envio de vários grupos de exploradores a regiões distintas. Exemplo patente desse argumento ocorreu durante a preparação da expedição ao exame do rio Japurá, quando os astrônomos portugueses,

⁴⁹ ACMA (APEP), cx. 17. *Relação dos Instrumentos conteúdos nas oito Caixas declaradas e entregues ao Dr. José Joaquim Vitorino da Costa e Dr. José Simões de Carvalho em Lisboa, 23 de dezembro de 1779.*

⁵⁰ DOMINGUES, Ângela. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*, p. 85-86 e COSTA, Maria de Fátima. Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano. *Anais do Museu Paulista*, v. 17/2, 2009. p. 194.

⁵¹ ACMA (APEP), cx. 17, Ofício de 04/01/1780.

prevendo a necessidade de se dividirem em duas ou mais diligências, viram-se obrigados a solicitar, por empréstimo, ao comissário espanhol “um Quadrante Astronômico completo, um Instrumento Circular, um Relógio de Algibeira que mostra até os segundos de tempo, o livro de Monsieur de Magalhães que trata do uso destes instrumentos”,⁵² explicando haver em sua Partida somente um de cada espécie.

As constantes avarias sofridas por esses instrumentos também esclarecem os seus requerimentos. Em 1783, os “doutores matemáticos” portugueses solicitaram a remessa de 6 bússolas de algibeira de 2 até 3 polegadas de aumento, afirmando serem imprescindíveis para o trânsito em terra, e relógios de algibeira que marcassem os segundos para as observações astronômicas em viagem, justificando que o utilizado pela Partida “se adianta sem uniformidade e não há quem o conserte”.⁵³ Pelas contínuas solicitações, relógios e bússolas de algibeira pareciam ser os que mais sofriam danos; possivelmente por serem os mais usados e possuírem mecanismos mais sensíveis ao clima da região: muito quente e muito úmido. Na mesma oportunidade em que solicitaram relógios e bússolas, os astrônomos também requereram 2 octantes da marinha com lunetas, pois seriam de grande utilidade, “comodidade e são de pequeno preço”.⁵⁴ A importância do octante consistia no fato de permitir que se determinasse a altura dos astros, especialmente a Lua e o planeta Júpiter, em relação à linha do horizonte, possibilitando a obtenção da longitude com algum rigor.

Segundo Renato Amado Peixoto, devido às exíguas condições, grande parte das medições efetuadas no período possuíam pouca precisão e, muitas vezes, mediu-se apenas a latitude por se tratar de um cálculo bem mais rápido e menos complexo. O cálculo da longitude era feito de modo aproximado e somente se fosse estritamente necessário, pois requeria instrumentos acurados e em ordem, observações e cálculos demorados.⁵⁵

Na imagem abaixo, notamos Francisco Requena utilizando um octante com luneta em suas observações astronômicas (Figura 2).

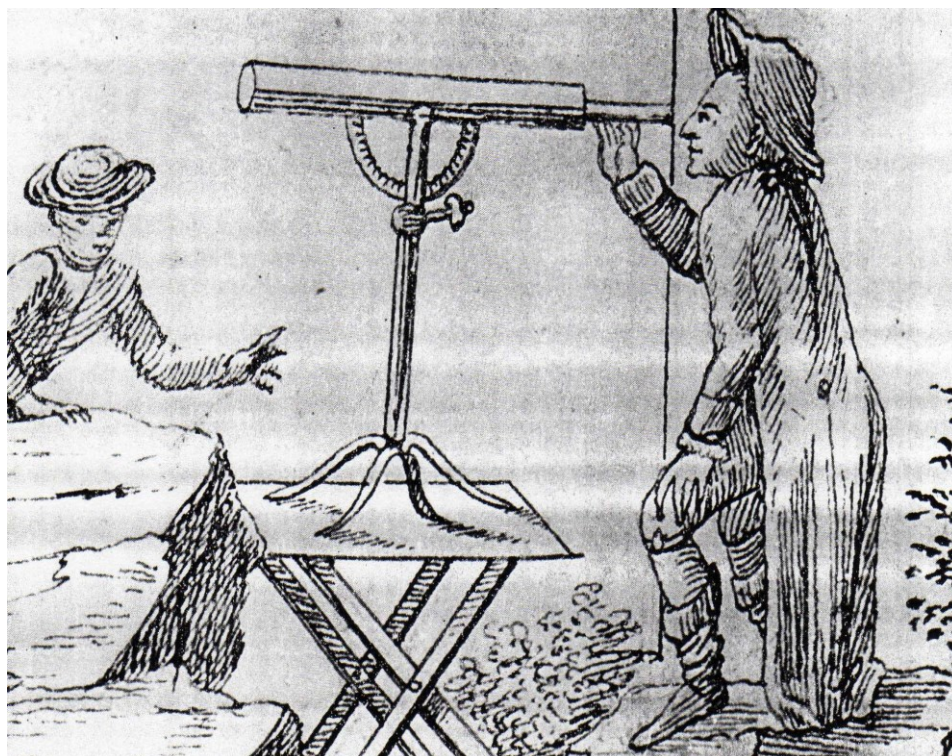
⁵² PRDH – AHU/RN, Doc. 241.

⁵³ PRDH – AHU/RN, Doc. 428.

⁵⁴ PRDH – AHU/RN, Doc. 245, 266 e 382.

⁵⁵ PEIXOTO, Renato Amado. Impertinentes, desinteressados ou sem escolha: os demarcadores e as demarcações portuguesas no norte do Brasil durante a década de 1780. *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 9/24, 2008. p. 5-6.

Figura 2
Detail of a manuscript map of the Rio de los Engaños and other rivers



Fonte: SMITH, Robert C. Requena and the Japurá: some eighteenth-century watercolors of the Amazon and other rivers. *The Americas*, v. III, 1946, (31-65), p. 51.

As perdas também eram inevitáveis. Em 1787, por conta de um naufrágio sofrido no rio Uraricoera, a Partida portuguesa se viu privada da única agulha de marear que possuía. Por este motivo, solicitou a remessa de outra “toda de bronze, e com suas pínulas” para substituir a extraviada, alegando ainda que para evitar “estes continuados riscos, e inconvenientes, seria melhor que fossem duas as que se enviassem”.⁵⁶

Evidentemente os livros técnico-científicos também foram importantes instrumentos de consulta. Contendo informações essenciais para a medição, principalmente de longitudes, os almanaques *Connaissance des Temps*⁵⁷ e *Nautical Almanac and Astronomical Ephemeris*,⁵⁸ publicados em Paris e Londres respectivamente, eram continuamente solicitados e ansiosamente aguardados pelos matemáticos astrônomos.⁵⁹

Apesar da carência de técnicos e instrumentistas para a custódia, limpeza e manutenção, os instrumentos escolhidos e enviados para utilização pela Partida espanhola muito se assemelhavam, em qualidade e quantidade, aos da Partida portuguesa. Espanha, adotando as mesmas medidas efetivadas por Portugal, importou todos os instrumentos

⁵⁶ PRDH – AHU/RN, Doc. 502.

⁵⁷ Fundada em 1678, tornou-se a efeméride anual oficial da Academia das Ciências de Paris de 1702 a 1758. Foi editada de 1758 a 1785 por Joseph Jérôme Lefrançois de Lalande e Pierre Méchain e, a partir de 1795, ficou sob a responsabilidade do *Bureau des Longitudes*. Seus volumes dividem-se em uma seção de efemérides contendo várias tabelas e outra, de artigos que aprofundam vários temas, muitos deles escritos por astrônomos famosos.

⁵⁸ Publicado pela primeira vez em 1767 pelo Observatório Real de Greenwich, fornecia a informação necessária para o método da distância lunar usado para a determinação da longitude.

⁵⁹ PRDH – AHU/RN, Doc. 241, 266, 382 e 502.

indispensáveis aos fornecedores em Londres, encarregando o seu embaixador em Lisboa de fazê-los chegar à América.

Da relação de instrumentos expedida pela Junta de Limites que deveriam ser entregues à quarta Partida espanhola constava: 1 quarto de círculo de dois pés de raio com todas as peças correspondentes para observar com ele; 1 pêndulo ou relógio astronômico; 1 relógio de algibeira que assinalava os segundos; 1 óculo acromático; 1 micrômetro para adaptar-se ao óculo; 1 teodolito; 1 agulha azimutal; 1 agulha de marear; 1 corrente de ferro para medir distâncias; 1 barra magnética de tocar agulhas; 1 barômetro e alguns tubos de reposição; 1 estojo matemático; 2 ou 3 termômetros; 1 caixa de tintas coloridas, papel de marca e lápis, entre outros.⁶⁰

Mesmo com as providências tomadas em Madri, Londres e Lisboa e a urgência que o serviço requeria, esses equipamentos tardaram a chegar ao seu destino. Somente no final de 1781 a Comissão espanhola teve a oportunidade de dispor de seus instrumentos, quando recebeu 22 caixas dessas peças, sendo 11 caixas encaminhadas à Partida do Mato Grosso.⁶¹

Após a longa e morosa viagem – Londres, Lisboa, Grão-Pará, Rio Negro – as condições com que os instrumentos espanhóis se apresentaram também não eram muito melhores ou diferentes das dos portugueses. Requena, após minucioso exame das caixas recebidas, queixou-se da perda da maior parte do papel e das avarias que muitas ferramentas apresentavam, ressaltando o desgosto de não ter em sua Partida “sujeito hábil e inteligente para manejar, cuidar e limpar” tais peças, tendo que se haver somente com um relojoeiro que por casualidade tinha vindo de Quito e, ainda assim, havia instrumentos que continham “defeito irremediável no País”.⁶²

Nas relações, portuguesas e espanholas, além dos instrumentos para as observações científicas, também estavam inclusos utensílios sopesados como complementares aos serviços:

[...] el repuesto de colores, reglas, instrumentos menores, libros, lápices, papel correspondiente y demás avíos para la iluminación de planos, diseños de plantas, animales y otras producciones de la naturaleza que convenga recoger para dar mayor ilustración a la posterioridad y perfecta comprensión de aquellos territorios.

e

Papel de Risco da marca grande, mediana e pequena.
Pinceis para agoadas medianos, e pequenos.

Tintas

Anil de primeira sorte
Carmim bom.
Verdete do melhor.
Cremor tártaro.
Pedra Ume.
Goma guta

⁶⁰ GARCIA, Maria Loreto Rojo. La línea Requena: fijación científica de la frontera brasileña con Venezuela, Nueva Granada y Perú (1777-1804). In: SOLANO, Francisco de y BERNABEU, Salvador (Orgs.). *Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la FRONTERA*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1991, (217-246). p. 232.

⁶¹ PRDH – AHU/RN, Doc. 241. Além do atraso na chegada dos instrumentos, a Partida espanhola também se ressentiu com a falta do mapa que instruíra sobre os trabalhos. GIRALDO, Manuel Lucena. *Francisco Requena y otros: ilustrados y bárbaros – Diario de la exploración de límites al Amazonas (1782)*. Madrid: Alianza Editorial, 1991. p. 31 e GARCIA, Maria Loreto Rojo. *Op. cit.* p. 234.

⁶² PRDH – AHU/RN, Doc. 241.

Goma arábica
Dois Estojos de Matemática para o Desenho.⁶³

Esses materiais eram utilizados pelos engenheiros/cartógrafos na tarefa de passar para o papel, ou seja, desenhar, aquilo que foi observado e rascunhado nos levantamentos de campo.

Para esse trabalho, os engenheiros deveriam dispor essencialmente de, pelo menos, 1 estojo de matemática – composto de 4 tipos de régua de latão ou madeira; esquadro; compassos (2 simples e 5 complexos); transferidor (semicírculo graduado de 180°) de latão ou prata e petipé – e também de 1 estojo de desenho, contendo penas (geralmente de corvo), canivetes para aparar as penas, pincéis, lápis, miolo de pão para apagar os riscos a lápis e cola para unir várias folhas de papel, especialmente para o desenho de mapas com amplas dimensões.⁶⁴

O mobiliário necessário para escrita e desenho, alguns instrumentos e outros artefatos de madeira foram confeccionados no Grão-Pará, a maioria na ribeira da Vila de Barcelos. Mesas para desenhar, calcular e escrever – algumas apropriadas para uso em canoas –, níveis, esquadros simples e de cruz, carretéis, tábuas com caixilho, pranchetas, réguas, estojo para guardar o vidro do barômetro, caixa de apoio da câmara escura e outras peças, foram encomendadas pelos engenheiros e astrônomos para o exercício das expedições.⁶⁵

Também eram imprescindíveis papel apropriado e tintas para o aquarelamento dos desenhos, ambos em quantidade e de boa qualidade. O papel fabricado na França era considerado o melhor, mas o da Holanda era o mais usado pela Comissão portuguesa, provavelmente devido ao alto custo do papel francês. Por ser de qualidade superior, a tinta da China era mais habitualmente empregada pelos engenheiros desenhistas na confecção das cartas geográficas. Carmim (vermelho), verdete líquido (para os rios), rohão ou goma-guta (amarelo), bistre (cor de madeira), verde-bexiga e verde-lírio (verde escuro) e anil fino (azul escuro), cremor tártaro, verdete fino, eram as principais cores aplicadas ao desenho.

Segundo Beatriz Bueno, “mapas são a ‘pintura do mundo’, capazes de representar graficamente, na bidimensionalidade do papel, a tridimensionalidade do real, conservando-lhe as proporções”. Desta forma, em determinadas circunstâncias e na maioria das vezes, a

⁶³ *Lista de instrumentos astronómicos, matemáticos y físicos que deben llevar cada una de las partidas destinadas a la división de límites en la América Meridional* apud GARCIA, Maria Loreto Rojo. La línea Requina: fijación científica de la frontera brasileña con Venezuela, Nueva Granada y Perú (1777-1804). In: SOLANO, Francisco de y BERNABEU, Salvador (Orgs.). *Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la FRONTERA*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1991, (217-246). p. 233 e PRDH – AHU/RN, Doc. 241.

⁶⁴ Sobre as especificidades de determinadas penas: “as de corvo são próprias para o desenho de linhas extremamente delgadas, e das ordinárias as da asa esquerda são melhores, que as da asa direita”. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, n. 12, 2004, (193-234). p. 207 e 213-214.

⁶⁵ PRDH – AHU/RN, Doc. 213. A câmara escura, apesar de não fixar a imagem obtida, tinha um funcionamento semelhante ao da máquina fotográfica; permitia projetar sobre uma superfície uma imagem exterior e sobre essa projeção colocava-se o papel e reproduzia-se a imagem. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, n. 12, 2004, (193-234). p. 229-230.

negociação e legitimação da posse só se tornam exequíveis através dessas "pinturas", que permitem a compreensão visual de extensas áreas de outra forma inapreensíveis.⁶⁶

Portanto, para atender à necessidade e preocupação de registrar os territórios explorados, esses utensílios serviam para os "riscos" e/ou desenhos das cartas geográficas e também para apreender – muitas vezes de forma artística, fruto de pura contemplação – a dimensão e singularidade da natureza na região.

A título de exemplo, segue uma bela aquarela produzida por Francisco Requena, em que ele está representado de casaca azul e chapéu preto, no canto inferior esquerdo da pintura, no exercício de suas observações e medições (Figura 3).

Figura 3
"Segundo salto del Rio de los Engaños"



Fonte: The Oliveira Lima Library/The Catholic University of América, Washington *apud* GIRALDO, Manuel Lucena. *Reformar as florestas: o Tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa*. *Oceanos*, n. 40, 1999, (66-76). p. 74.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 229-230.

Considerações finais

Não obstante a curta vigência formal, o Tratado de Madri propiciou que pela primeira vez fosse delineada cartograficamente a silhueta compacta e quase triangular que reconhecemos nos mapas atuais do território brasileiro: 4.336 km de leste a oeste e 4.307 km de norte a sul. Seu texto, especialmente o princípio sobre o direito de posse, *uti possidetis*, configurou-se como elemento fundamental em muitas ocasiões, no decorrer do Império e da República, para solucionar pendências e disputas e, em larga medida, consolidar definitivamente as fronteiras brasileiras.

O Tratado de Santo Ildefonso de 1777, a despeito dos prejuízos no extremo sul do Estado do Brasil – a cessão da Colônia de Sacramento e dos Sete Povos das Missões – permitiu que Portugal mantivesse a posse dos territórios do centro-oeste, a capitania do Mato Grosso, e da Amazônia, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, incorporando-os definitivamente ao seu Império colonial.

Na Amazônia, foco deste estudo, a tentativa de aplicação do Tratado de Santo Ildefonso se deu de forma diferenciada do Tratado de Madri, tanto no planejamento logístico quanto nas expedições de reconhecimento do território ou mesmo na interação entre os agentes envolvidos nas tarefas da demarcação. Desta feita, as Comissões de Limites se encontraram por muitos anos e por quase toda a extensão da fronteira.

Apesar de o resultado final ter sido o mesmo do tratado anterior, não percebemos, pelo menos para a Amazônia, o Tratado de Santo Ildefonso como um malogro total. Se por um lado, as questões levantadas e de difícil solução ou negociação, como a identificação da “boca mais ocidental do Japurá”, inviabilizaram a efetiva demarcação dos limites acordados; por outro, proporcionaram um enorme conhecimento da região.

Seguramente, analisado sob o ponto de vista do acordo entre Portugal e Espanha, o Tratado de Santo Ildefonso, um investimento estratégico e minuciosamente planejado, apresentou-se como um imenso fracasso; mas, em termos de Amazônia e Brasil, consentiu a manutenção do território até então conquistado, um amplo conhecimento dessas áreas e a produção de descrições, relatórios, diários, memórias, mapas estatísticos e, com maior destaque, um considerável acervo cartográfico, além da consolidação da doutrina do *uti possidetis*; subsídios extremamente úteis para solucionar os futuros litígios com as nações vizinhas.

O Tratado de Santo Ildefonso foi anulado em 1801 pelo Tratado de Paz de Badajoz, encerrando as polêmicas em torno das linhas fronteiriças entre domínios ibéricos na América. Desta forma, ficou a cargo dos diplomatas do Império e da República a missão de ampliar, garantir e consolidar as fronteiras brasileiras.

No período imperial, estruturou-se uma sólida política de fronteiras baseada no *uti possidetis*, onde houvesse ocupação e, onde tal não ocorresse, no Tratado de Santo Ildefonso.

A partir destes princípios ocorreram negociações com todos os países amazônicos e assim foram firmados acordos com Peru (1851), Venezuela (1859) e Bolívia (1867).⁶⁷

Na República, José Maria da Silva Paranhos Junior, o barão do Rio Branco, ampliou, garantiu e finalizou o traçado das fronteiras brasileiras. De sua habilidade diplomática resultaram tratados com a Argentina (1895), a Questão de Palmas; com a França (1900) sobre o Amapá; a aquisição do Acre (1903); com a Holanda (1906) os limites com o Suriname, à época Guiana Holandesa e Colômbia (1907).

Certamente, concordamos que as fronteiras do Brasil não foram definidas e consolidadas no período colonial – uma discussão antiga entre muitos estudiosos –, mas consideramos que se trata de um longo processo histórico iniciado com o Tratado de Madri de 1750, estendido pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777 e finalizado nos períodos imperial e republicano, portanto, uma boa parcela do território hoje considerado brasileiro não deixa de ser uma herança colonial.

Simei Maria de Souza Torres: Historiadora Social. Especialista em História e Historiografia da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com a dissertação *O Cárcere dos Indesejáveis – Degredados na Amazônia Portuguesa (1750-1800)* e doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com a tese *Onde os Impérios se encontram: demarcando fronteiras coloniais nos confins da América (1777-1791)*.

⁶⁷ GOYCOCHÊA, Luiz Felipe Castilhos. *Fronteiras e fronteiras*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943. p. 138.